



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **20 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 11 de maio de 2011

DIÁRIO DO AMAZONAS Fibra ótica de internet pode chegar ao Amazonas pelo linhão de Tucuruí VEICULAÇÃO LOCAL	1
O ESTADO DE SÃO PAULO FOXCONN PEDE BENEFÍCIO FISCAL E IMPORTAÇÃO RÁPIDA VEICULAÇÃO NACIONAL	3
O ESTADO DE SÃO PAULO LEI DO BEM SERÁ AMPLIADA PARA BENEFICIAR PEQUENAS EMPRESAS VEICULAÇÃO NACIONAL	4
O ESTADO DE SÃO PAULO BRASIL AMEAÇA RETALIAR ARGENTINA VEICULAÇÃO NACIONAL	6
O ESTADO DE SÃO PAULO Foxconn pede benefício fiscal e importação rápida VEICULAÇÃO NACIONAL	7
VALOR ECONÔMICO O QUE O GOVERNO QUER REALMENTE DOS PORTOS? VEICULAÇÃO NACIONAL	8
VALOR ECONÔMICO ABÍLIO DINIZ, MACIEL NETO E REICHSTUL DIVIDEM COM GERDAU CÂMARA DE GESTÃO VEICULAÇÃO NACIONAL	10
VALOR ECONÔMICO ALVO DE DISPUTA ENTRE PT E PMDB, FUNASA EMPOSSA DIRETORIA VEICULAÇÃO NACIONAL	12
PÁGINA 20 Poronga VEICULAÇÃO NACIONAL	13
O GLOBO Miriam Leitão: Brasil teve 333 mil km quadrados destruídos de floresta amazônica VEICULAÇÃO NACIONAL	14
O GLOBO Servidores criticam concessões do governo VEICULAÇÃO NACIONAL	15
O GLOBO Código Florestal: sem acordo, votação fica para hoje VEICULAÇÃO NACIONAL	16
AGÊNCIA ESTADO Governo revisará lei de informática, diz Mercadante VEICULAÇÃO NACIONAL	18
TERRA NOTÍCIAS Mercadante: produção do iPad no Brasil deve começar em julho VEICULAÇÃO NACIONAL	19
TERRA NOTÍCIAS Mercadante: produção do iPad no Brasil deve começar em julho VEICULAÇÃO NACIONAL	20
PORTAL DA AMAZÔNIA MP-RO requisita fiscalização na Área de Livre Comércio no interior de RO VEICULAÇÃO NACIONAL	21
GAZETA DE ALAGOAS Claudio Humberto VEICULAÇÃO NACIONAL	22
G-1 Montada em Manaus, F 800 R chega às concessionárias da BMW VEICULAÇÃO NACIONAL	23
AMAZONAS NOTÍCIAS Aprovado PPB para produção de sabão no Polo Industrial de Manaus VEICULAÇÃO NACIONAL	24
PORTAL D24AM Aprovado PPB para produção de sabão no Polo Industrial de Manaus VEICULAÇÃO NACIONAL	25

	VEÍCULO DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u>	EDITORIA
	TÍTULO Fibra ótica de internet pode chegar ao <u>Amazonas</u> pelo <u>linhão de Tucuruí</u>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Grupo de trabalho vai discutir medidas compensatórias para obras do Linhão de Tucuruí.

Manaus - Prefeitos e secretários de meio ambiente de nove municípios do **Amazonas** formaram um grupo de trabalho para discutir e encaminhar propostas de medidas ambientais compensatórias para a construção do Linhão de Tucuruí. Em encontro com o vice-governador do **Amazonas**, José Melo, na manhã desta terça-feira (10), representantes destes municípios, de órgãos públicos e da iniciativa privada discutiram a implantação do novo sistema de transmissão de energia. No encontro, foi discutido, ainda, o uso da nova estrutura para facilitar a oferta de internet.

Durante a reunião, foram apresentados e discutidos os detalhes da implantação do Linhão de Tucuruí, cujas obras iniciaram há dois meses. O empreendimento, que integrará o **Amazonas** e o Amapá ao Sistema Interligado Nacional (SIN), está inserido no **Plano de Aceleração do Crescimento** (PAC) do **Governo Federal** para substituir a matriz energética estadual, e tem previsão de conclusão para o segundo semestre de 2012.

Balço da concessionária que está construindo o Linhão, a **Manaus** Transmissora de Energia S/A – composta pela Eletrobras Eletronorte, Eletrobras Chesf e a espanhola Abengoa –, aponta que, até o momento, foram gerados 2,2 mil empregos na implementação das linhas e subestações, sendo 1.035 somente no **Amazonas**. A estimativa da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SDS) é de que sejam criados, até o próximo ano, dez mil empregos diretos.

“Além da geração de emprego e renda, nossa preocupação é que a construção do Linhão siga a política sustentável mantida pelo Governo do **Amazonas**”, afirmou a titular da SDS, Nádia Ferreira, ao analisar as características e o cronograma do projeto. As obras de engenharia já foram iniciadas nos

municípios Rio Preto da Eva e Itacoatiara, restando Uruará, Silves, Itapiranga, São Sebastião do Uatumã, Nhamundá e **Manaus**, além de Parintins, cuja inclusão no traçado do empreendimento ainda está em discussão.

Participaram do encontro, na manhã desta terça-feira, membros dos **Ministérios** Público Estadual e Federal, das Secretarias de Estado do Planejamento (Seplan) e da Ciência e Tecnologia (Sect), da Universidade do Estado do **Amazonas** (UEA), do Instituto de Proteção Ambiental do **Amazonas** (Ipaam), da Empresa Estadual de Processamento de Dados do **Amazonas** (Prodam), do **Ministério** de Minas e Energia e do Ibama.

Grupo de trabalho

Após discussões a respeito do impacto ambiental e retorno econômico para as cidades e comunidades por onde passará o traçado do Linhão, lideranças dos municípios amazonenses envolvidos decidiram pela criação de um grupo de trabalho. “Os prefeitos e secretários de meio ambiente vão se unir, a partir deste mês, para encaminhar propostas de ações compensatórias ao Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente), que é a entidade ambiental licenciadora da obra”, acrescentou Nádia Ferreira.

Para o vice-governador José Melo, a oferta de energia do Linhão deverá garantir a expansão de investimentos de empresas instaladas no Polo Industrial de **Manaus** (PIM) e ampliar o **desenvolvimento** industrial do Estado. Segundo ele, a integração do **Amazonas** aos parques energéticos do restante do país também poderá representar a atração de novas indústrias.

“O **Amazonas** é o Estado que mais cresce no Brasil. Com o Linhão teremos energia limpa e suficientemente segura para poder sonhar com novos polos, como o gás-químico e o petroquímico. Também temos a maior mina de silvinita do **Brasil** e, por decisão

do governador Omar Aziz e da presidenta Dilma Rousseff, vamos explorá-la e isso vai demandar muita energia”, frisou Melo.

Internet

Sobre a possibilidade de utilizar a fibra ótica da futura rede de transmissão do Linhão para melhorar a qualidade dos serviços de internet e telefonia digital no Estado, o Governo do **Amazonas**, por meio da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia (Sect), deverá apresentar, ainda este mês, um acordo de cooperação técnica à empresa construtora do empreendimento.

De acordo com o vice-governador, as negociações têm sido feitas junto ao **Ministério** de Minas e Energia, ao **Ministério** das Telecomunicações e à Empresa

Brasileira de Telecomunicações (Embratel) para trazer a banda larga à capital e ao interior, com ganhos na velocidade que poderão chegar até 100Gbps, por meio do cabeamento do Linhão de Tucuúí.

“O governador Omar Aziz e eu já tivemos uma série de reuniões a respeito desse processo. Estamos agindo nos mesmos moldes das transações que ocorreram no Amapá, onde também foi assinado um termo de cooperação técnica com a empresa responsável pela construção do Linhão naquele Estado que permitiu o uso da fibra ótica”, complementou José Melo.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO FOXCONN PEDE BENEFÍCIO FISCAL E <u>IMPORTAÇÃO RÁPIDA</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Renata Veríssimo - O Estado de S.Paulo

Um grupo de diretores da taiwanesa Foxconn estará no Brasil na próxima semana para negociar incentivos fiscais e facilitação de importação para instalar uma fábrica no País.

O ministro do Desenvolvimento, Fernando PIMentel, informou ontem que um grupo formado pelos Ministérios da Fazenda, Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ficará responsável pela negociação com a empresa. A Foxconn anunciou

investimento de US\$ 12 bilhões no Brasil para a fabricação de equipamentos da Apple, como o iPad e iPhone.

Segundo o ministro, a Foxconn quer incentivos fiscais, agilização de importação e ex-tarifários (redução temporária do imposto de importação para produtos que não tenham produção nacional). "Estamos examinando os pedidos. Muita coisa está prevista na legislação. Mas tem coisas que são dos Estados e municípios", explicou.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO LEI DO BEM SERÁ AMPLIADA PARA BENEFICIAR PEQUENAS EMPRESAS		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Medida fará parte do conjunto de medidas da nova Política de Desenvolvimento da Competitividade (PDC)

Renata Veríssimo - O Estado de S.Paulo

O governo decidiu alterar a chamada Lei do Bem para permitir que mais empresas tenham direito aos incentivos fiscais previstos na legislação. Uma das mudanças em estudo permitirá que companhias menores recebam redução de tributos para investir em inovação tecnológica.

Outro ponto prevê a antecipação dos benefícios fiscais para empresas que iniciarem processo de registro de patentes no exterior. A revisão da Lei do Bem, em vigor há cinco anos, faz parte do conjunto de medidas que será anunciado com o lançamento da Política de Desenvolvimento da Competitividade (PDC), em substituição à Política de Desenvolvimento da Produção (PDP).

"A Lei do Bem já tem alguns anos de vida. Tanto o governo quanto as empresas já conseguiram ver os pontos onde há necessidade e possibilidade de fazer ajustes", afirmou a secretária do Desenvolvimento da Produção, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Heloisa Menezes.

A visão do governo é de que a Lei do Bem beneficia só as grandes companhias ao restringir a redução de tributos às empresas que declaram Imposto de Renda pelo lucro real. Para estimular os investimentos em inovação tecnológica pelas empresas de menor porte, o governo deve estender o benefício para as que também declaram IR por outro regime, como o do lucro presumido.

"Uma das principais demandas é ampliar o leque de empresas que podem se enquadrar na Lei

do Bem", disse a secretária. O regime de tributação pelo lucro real representa cerca de 80% da arrecadação da Receita Federal, mas é utilizado somente por 10% das empresas brasileiras.

Patente. Heloisa antecipou que as empresas podem receber benefícios fiscais antes de concluir o processo de registro de uma patente no exterior. "Com o cumprimento de algumas etapas do processo de patenteamento, a empresa poderia usufruir dos incentivos fiscais. Não é só a etapa do pedido da patente", explicou. "São etapas onde o especialista do INPI (Instituto Nacional de Propriedade Intelectual) já consegue configurar o caráter inovador do produto".

Ela disse que a criação de um banco só para operar no comércio exterior, nos moldes de um Eximbank, não deve fazer parte do pacote inicial da PDC. Segundo a secretária, o BNDES está se ajustando para "dar conta" dessa atividade com maior força.

Há um ano, o governo anunciou a criação de um Eximbank como subsidiária do BNDES, mas não o colocou em prática. Heloisa disse que o atual governo está revisando propostas anunciadas na gestão anterior e ainda não viabilizadas, e também criando outras. "Vamos ver o que é possível no primeiro momento e o que não for vamos buscando o atendimento ao longo do tempo."

O impacto fiscal nas contas do governo é um dos critérios que estão sendo considerados. Ela disse que a PDC está praticamente pronta, dependendo apenas de alguns ajustes pequenos para ser anunciada. O Ministério do Desenvolvimento trabalhava com o dia 26 de maio para o anúncio, mas interlocutores do governo já não consideram essa

data. Alguns pontos da nova política industrial e de **comércio** exterior estão emperrados porque

dependem da análise do impacto fiscal para irem adiante.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO BRASIL AMEAÇA RETALIAR ARGENTINA		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Ministro diz que o país vizinho terá até o fim da semana para apontar uma solução para as barreiras impostas a exportações brasileiras

Renata Veríssimo - O Estado de S.Paulo

A Argentina terá até o fim desta semana para apontar uma solução para as barreiras impostas às exportações brasileiras. Caso contrário, o governo brasileiro poderá adotar retaliações contra as exportações da Argentina para o Brasil.

O ministro do Desenvolvimento, Fernando PIMentel, disse ontem que encaminhou uma carta à ministra da Indústria daquele país, Débora Giorgi, cobrando o cumprimento do acordo acertado em fevereiro para agilizar a liberação dos produtos brasileiros.

De acordo com PIMentel, os relatos dos setores exportadores brasileiros mostram que a Argentina continua ultrapassando o prazo de 60 dias para a concessão de licenças não automáticas e coloca dificuldades na liberação da mercadoria durante o despacho aduaneiro na fronteira entre os países.

"Então não está uma coisa muito correta. Vamos aguardar mais um pouco, até o fim da semana, para ver se há uma mudança", afirmou o ministro.

"Eu fiz uma correspondência para a ministra Débora Giorgi relatando a situação e pedindo à ministra que tome as providências necessárias ao cumprimento do que combinamos no começo do ano", contou.

PIMentel, no entanto, não quis antecipar quais medidas de retaliação o Brasil poderá adotar contra as exportações argentinas para o Brasil. "Eu não quero falar porque essas coisas não são anunciadas de antemão. Temos sempre que dar um crédito de confiança ao governo argentino."

Comércio. O ministro do Desenvolvimento também lembrou que a balança comercial bilateral é superavitária para o Brasil.

"Queremos defender nossos exportadores. Queremos que a Argentina adote práticas condizentes com a relação que temos com eles, mas não podemos esquecer que o saldo é positivo para nós", ressaltou.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Foxconn pede benefício fiscal e <u>importação</u> rápida		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Renata Veríssimo - O Estado de S.Paulo

Um grupo de diretores da taiwanesa Foxconn estará no Brasil na próxima semana para negociar incentivos fiscais e facilitação de importação para instalar uma fábrica no País.

O ministro do Desenvolvimento, Fernando PIMentel, informou ontem que um grupo formado pelos Ministérios da Fazenda, Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ficará responsável pela negociação com a empresa. A Foxconn anunciou

investimento de US\$ 12 bilhões no Brasil para a fabricação de equipamentos da Apple, como o iPad e iPhone.

Segundo o ministro, a Foxconn quer incentivos fiscais, agilização de importação e ex-tarifários (redução temporária do imposto de importação para produtos que não tenham produção nacional). "Estamos examinando os pedidos. Muita coisa está prevista na legislação. Mas tem coisas que são dos Estados e municípios", explicou.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO O QUE O GOVERNO QUER REALMENTE DOS PORTOS?		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Wilen Manteli

Opáís está vivendo um certo retrocesso no setor portuário. No dia 28 de janeiro, dia em que se comemorou o 203º aniversário da Abertura dos Portos, o Diário Oficial da União publicou uma portaria da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), vinculada ao **Ministério** do Planejamento, determinando a taxaço dos terminais portuários do país pela "cessão de espaços físicos em águas públicas". Até então, as empresas titulares desses terminais, que ao adquirirem ou arrendarem as respectivas áreas já recolhem para a SPU valores referentes a "terrenos de marinha" - laudêmio (5% do valor do imóvel e benfeitorias, no ato da transferência) e foro (0,6% anualmente) -, estão perplexas.

A referida Portaria nº 24, de discutível legalidade, cria três categorias de "estruturas náuticas" para efeito de cobrança: as de interesse público, as de interesse econômico e as de interesse particular. Ou seja, a economia foi apartada do interesse público. Os investimentos portuários passam a ser vistos como passíveis de taxaço, e não como geradores de **desenvolvimento**. Esquece a SPU a gigantesca massa de impostos gerada pela economia produtiva - mais de R\$ 1 trilhão por ano - e os milhões de postos de trabalho que ela oferece à sociedade.

Para respaldar a cobrança, a SPU fez uma viagem no tempo e um exercício de contorcionismo jurídico. Foi buscar no fundo do baú o Decreto-Lei nº 9.760, de 1946, que dispõe sobre os "bens imóveis" da União, entre os quais se destacam os terrenos de marinha, que já são taxados a título de laudêmio e foro. Deve ter sido no intuito de caracterizar como "imóvel" o objeto da nova cobrança que o órgão optou, no momento de redigir a Portaria, pela expressão "estruturas náuticas" em vez de "espelho d'água", como

o vinha designando até então. É difícil, afinal, conceber algo mais móvel e fluido do que um espelho d'água...

Integram as ditas estruturas náuticas "todo o espaço físico em águas públicas ou em terra, incluídos seus acessos, destinados à atracação das embarcações".

Em vez de estimular os investimentos em infraestrutura, o governo tributa e onera o empreendedor. Embora a portaria estabeleça que a destinação dos recursos arrecadados será feita, "preferencialmente", para o **Ministério** cuja pasta responde pelo tema, todos sabemos que o cofre da União ignora rubricas.

Informação mais esclarecedora sobre a destinação pode ser encontrada no website da SPU, onde consta que o órgão pretende proporcionar ao **Ministério** do Planejamento "condições de contribuir para amenizar os problemas sociais existentes em nosso país, preocupação constante do **Governo Federal**, influenciando diretamente em questões relacionadas com a geração de emprego e renda".

Ora, é justamente fomentando atividades produtivas que o **Ministério** do Planejamento pode contribuir para a "geração de emprego e renda". Tal visão ainda não prevalece em certos escalões do governo, que inclusive desconsideram o efeito cascata que qualquer novo encargo imposto à atividade portuária desencadeia sobre toda a economia produtiva, e, por extensão, sobre o emprego e a renda da população. Nada menos de 90% do **comércio** exterior brasileiro passa pelos portos.

Mas, o desestímulo aos portos por parte do governo não para aí. Nos últimos anos vem tomando corpo um movimento de alguns órgãos públicos contra os investimentos privados no sistema portuário, que se expressa numa obstinada resistência em aplicar dispositivos da Lei dos Portos (nº 8.630, de 1993) por

exemplo, recusando-se a adaptar ao novo arcabouço legal todos os contratos de arrendamento de áreas portuárias e proibindo-se os terminais portuários vinculados a indústrias de explorarem integralmente a capacidade operacional de suas custosas instalações.

A orientação deveria ser justamente oposta, no sentido de estimular as empresas que detêm terminais portuários a extraírem desses empreendimentos o máximo retorno possível em **produção** de riqueza, empregos e tributos.

Em 2010 o **Brasil** movimentou nos portos em torno de 833 milhões de toneladas, registrando um crescimento de 17% em relação a 2009, o que indica que, nos próximos dois anos, poderá estar movimentando um bilhão de toneladas. Neste momento em que o país mais precisa de um salto de qualidade em sua infraestrutura portuária, para melhorar o desempenho do **comércio** exterior, o governo impõe novos ônus e restrições à atividade e sinaliza na prática, ao contrário do que tem declarado, que novos investimentos nos portos não são bem-vindos.

O setor portuário está confuso. São tantos os órgãos que interferem e inflam o sistema de regras da atividade que o investidor não sabe mais a quem

atender ou recorrer. Para corrigir essa distorção, bastaria que o poder público respeitasse as atribuições da Secretaria dos Portos e da Agência Nacional de Transporte Aquaviário. Compete à primeira a formulação de políticas para o setor, e à segunda a implementação dessas políticas, bem como a regulação e fiscalização das atividades portuárias.

Em vez de usar sua força para estimular os investimentos no motor do crescimento econômico que é a infraestrutura de transporte, assim promovendo o **desenvolvimento** econômico e social, o governo parece mais inclinado a tributar e onerar os empreendedores. É simples, afinal, impor novos gravames à atividade produtiva para financiar programas sociais. Difícil é trabalhar para dinamizar a economia e induzir o aumento da arrecadação de impostos via expansão da base de contribuintes. O problema é que a facilidade de hoje pode se converter numa grande dificuldade amanhã: o agravamento da perda de competitividade do produto brasileiro no **mercado** internacional. Por isso se impõe a pergunta: afinal, o que o governo quer dos portos?

Wilen Manteli é presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP)

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO ABÍLIO DINIZ, MACIEL NETO E REICHSTUL DIVIDEM COM GERDAU CÂMARA DE GESTÃO		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Paulo de Tarso Lyra | De Brasília

A presidente Dilma Rousseff lança hoje, em cerimônia no Palácio do Planalto, a Câmara de Gestão, Desempenho e Competitividade, criada para tornar a máquina pública mais eficiente, reduzir gastos e racionalizar processos, principalmente os ligados a compras governamentais. A Câmara, que funcionará como uma instância de aconselhamento da Presidência da República, será integrada por quatro **Ministérios** - Fazenda, Planejamento, Casa Civil e **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** e por quatro representantes da iniciativa privada: Jorge Gerdau Johannpeter (que exercerá o papel de coordenador); Abílio Diniz (Grupo Pão de Açúcar); Antonio Maciel Neto (Suzano Papel e Celulose) e Henri Philippe Reichstul (economista e ex-presidente da Petrobras durante o governo Fernando Henrique Cardoso).

Antes mesmo de formalizar a criação da Câmara, a parceria do governo Dilma com o empresário Jorge Gerdau, por intermédio do Instituto de **Desenvolvimento** Gerencial (INDG), já começou a render os primeiros resultados no **Ministério** da Saúde. A Pasta foi a pioneira nesse trabalho e mais recentemente a consultoria começou a conversar também com o **Ministério** da Justiça.

Após quase quatro meses da primeira reunião, ocorrida na sede da Funasa, em Brasília, os primeiros diagnósticos foram apresentados ao governo. A INDG analisou quatro grandes áreas da saúde: a compras de insumos estratégicos, incluindo medicamentos, equipamentos e produtos hospitalares; os processos de registro feitos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); um exame aprofundado dos hospitais públicos federais do Rio de Janeiro; e uma radiografia dos problemas na Funasa, especialmente na aplicação

dos recursos do **PAC** Funasa, com orçamento de R\$ 4 bilhões.

Em relação à compra de insumos, a ação é voltada para medicamentos e equipamentos que são comprados de maneira centralizada pelo **Ministério** - existem compras feitas por Estados e municípios. A intenção é que, em 15 meses, a saúde consiga reduzir entre 10% e 15% o valor dos insumos, seja usando mais os pregões eletrônicos ou concentrando as compras para obter ganho de escala. Atualmente, a União gasta, por ano, R\$ 6 bilhões do orçamento nessas aquisições.

Antes da consultoria do INDG, o **Ministério** já havia conseguido reduzir em cerca de 50% o preço de dois remédios quimioterápicos. Atualmente, apenas 40% dos insumos são adquiridos por pregão eletrônico. A meta é chegar a 70% das compras de insumos por meio eletrônico num prazo de 15 meses.

A consultoria de Gerdau na Anvisa tem como objetivo reduzir o prazo de registros dos produtos e tornar preferenciais o registro de produtos que serão utilizados no Sistema Único de Saúde (SUS). A intenção é reverter algumas situações que acontecem atualmente, nas quais alguns cosméticos conseguem registro em um tempo menor do que remédios **importantes** que serão utilizados nos hospitais públicos.

A média de espera por um registro da Anvisa é de 360 dias. Após a consultoria, a intenção é reduzir esse prazo para menos da metade - 150 dias. Isso envolveria não apenas medicamentos, mas diversos equipamentos, como cateteres e marca-passos. No caso de remédios genéricos ou produzidos de forma inovadora pela indústria nacional (como uma nova vacina, por exemplo), a demora é ainda maior, de até 520 dias. O INDG e o **Ministério** da Saúde consideram possível reduzir esse prazo para 240 dias.

A situação dos seis hospitais públicos federais localizados no Rio de Janeiro já era avaliada pelo INDG desde antes da parceria formal estabelecida por Gerdau e o governo Dilma. A análise é que os hospitais federais não têm um acompanhamento online do número de leitos disponíveis, do andamento do tratamento de um paciente ou dos indicadores de qualidade nos diversos hospitais. Para se informatizar a rede, serão necessários R\$ 100 milhões de investimentos nos próximos quatro anos, com recursos próprios do **Ministério**.

Outra sugestão é centralizar a compra de medicamentos no departamento responsável pela administração dos hospitais federais ao invés de descentralizar o procedimento em cada um dos seis hospitais. Com isso, espera-se um ganho de escala na compra, o que tende a reduzir o preço final do produto. O **Ministério** da Saúde também pretende estabelecer uma comparação com a tabela de compras feitas pelo

Ministério da Educação para os Hospitais Universitários. Naqueles onde os preços obtidos pelo MEC, será adotada a tabela do **Ministério** da Educação.

Quanto à Funasa, a intenção é aumentar o ritmo de execução do PAC, que tem o orçamento de R\$ 1 bilhão por ano. O ritmo de liberação de recursos melhorou um pouco, mas o INDG e o **Ministério** optaram por esperar a posse da nova diretoria da Funasa para um diagnóstico mais preciso da autarquia.

A criação da Câmara foi uma promessa feita por Dilma ao empresário Jorge Gerdau durante o governo de transição, em novembro de 2010. Os dois se encontraram no Centro Cultural Banco do **Brasil** (CCBB) e Dilma expressou ao empresário o desejo de melhorar a eficiência da máquina pública federal. A periodicidade das reuniões ainda não foi definida.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO ALVO DE DISPUTA ENTRE PT E PMDB, FUNASA EMPOSSA DIRETORIA		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

De Brasília

Alvo de uma das várias brigas entre PT e PMDB nesse início de governo Dilma Rousseff, a Funasa empossou ontem sua nova diretoria. Depois de um acordo que envolveu os ministros da Saúde, Alexandre Padilha, da Casa Civil, Antonio Palocci e o líder do PMDB na Câmara, Henrique Eduardo Alves (RN), optou-se por uma diretoria técnica para dar uma nova dinâmica à autarquia. O PMDB garante não guardar mágoas. "Isso é página virada", garantiu Alves.

A Funasa é um dos maiores problemas do **Governo Federal**. É uma das instituições responsáveis em realizar obras e ações de saneamentos nos municípios de até 50 mil habitantes para a prevenção e controle de doenças. Além disso, presta apoio técnico e financeiro no combate, controle e redução da mortalidade infantil e no combate a doenças causadas pela falta de saneamento.

Auditoria da Controladoria-Geral da União apontou desvios de R\$ 500 milhões no órgão nos últimos quatro anos - a fundação estava sob o controle do PMDB desde 2005. O levantamento só agravou a relação entre petistas e pemedebistas no início da gestão Dilma Rousseff.

A troca de comando na Fundação e em outras áreas da Saúde, como a saída de Alberto Beltrame da Secretaria de Atenção à Saúde, foi o início do contencioso. Em uma reunião fechada, por muito pouco Alves e Padilha não brigaram fisicamente. Na época, o pemedebista reclamava "não ser justo e correto trocar pessoas competentes simplesmente porque elas não usavam uma estrela presa na lapela".

Mas a presidente Dilma estava disposta a tirar do PMDB cargos estratégicos na administração federal para dar um choque de gestão em seu governo. Em outra reunião tensa na Casa Civil, Henrique Alves chegou

a ameaçar uma debandada do PMDB O chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, não se intimidou e manteve a decisão presidencial.

A partir desse momento, o diálogo foi retomado. "A composição da nova diretoria, com um perfil mais técnico, foi muito bem conduzida pelos ministros Padilha e Palocci. Foi a melhor saída para a fundação", elogiou Alves, ao Valor.

Um integrante do governo declarou que a nova diretoria da Funasa ganhou o apelido de "Polifunasa", em referência ao grande número de engenheiros que assumiram os cargos ontem. "São pessoas que já exerceram cargos de direção ou que, em algum momento, trabalharam em parceria com a Funasa. Como elas têm experiências em obras, darão uma nova dinâmica à fundação", afirmou um integrante do alto escalão do **Governo Federal**.

O novo presidente da Funasa, Gilson de Carvalho Queiroz Filho, foi indicado com o apoio do ex-ministro do **Desenvolvimento** Social, Patrus Ananias e o atual ministro do **Desenvolvimento** Indústria e **Comércio**, Fernando **PIM**entel. Engenheiro civil com especialidade em engenharia sanitária, Gilson foi gerente de projetos da Sanag - Engenharia de Saneamento e participou de projetos de abastecimento de água e ampliação de sistemas da Copasa de Minas desde 2006 é presidente do Conselho **Regional** de Engenharia e Arquitetura de Minas.

Os demais diretores da Funasa são: Flávio Marcos Passos Gomes Júnior (diretor-executivo); Antônio Henrique Pires (diretor do departamento de saúde ambiental); Marcos Mufarreg (diretor do departamento de administração); e Rui Gomide Barreira (diretor do departamento de engenharia de saúde pública).

	VEÍCULO PÁGINA 20	EDITORIA	
	TÍTULO Poronga		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Nilson na Suframa

Correndo contra o tempo, o prefeito de Sena Madureira, Nilson Areal (PR), não irá a Brasília. Tomará o caminho de **Manaus** (AM), onde tentará desencavar

recursos da **Suframa**. O republicano é rápido e dará uma esticada até Belém do Pará.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Miriam Leitão: <u>Brasil</u> teve 333 mil km quadrados destruídos de floresta amazônica		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

APRESENTADORA POLIANA ABRITTA: A sessão de hoje, Renata, está prevista para começar logo mais, às nove horas da manhã.

APRESENTADORA RENATA VASCONCELLOS: Pois é, daqui a pouquinho, Poliana. E, Miriam Leitão, nesse projeto que está sendo discutido, como a gente viu aí, há exceções, há casos em que a lei não vai ser tão dura. É isso?

APRESENTADORA MIRIAM LEITÃO: É. Essas exceções é que estão sendo negociadas agora. Por exemplo, plantação de maçã, no sul do país, plantação de café, nas montanhas de Minas, que são feitas em encostas, umas das APPs. Então, essa é a discussão que está sendo... Uma das discussões agora é isso. O que não pode acontecer é combinar uma coisa e quando chegar no texto... Na hora de votar, apresenta o texto e o texto é diferente do que foi combinado. Foi assim na semana passada, que deu um impasse.

Agora, uma coisa que é ponto que o governo não quer ceder e também os ambientalistas não aceitam é o perdão a quem desmatou ilegalmente até 22 de julho de 2008, porque foi outro dia mesmo. Sabe que o **Brasil** teve, nos últimos 20 anos, 333 mil quilômetros quadrados destruídos, de Floresta Amazônica. E isso é 11 Bélgica, dois territórios do tamanho do Reino Unido. A gente está vendo imagens dessa nossa biodiversidade que o Fábio estava mostrando. Tudo é muito conectado.

APRESENTADOR RENATO MACHADO: Que é a maior biodiversidade do mundo.

APRESENTADORA MIRIAM LEITÃO: Exatamente, Renato. Alguns países têm que administrar a escassez, nós administramos a abundância. A gente tem a maior

biodiversidade do mundo e é um dos países com a maior vocação agrícola.

APRESENTADORA RENATA VASCONCELLOS: E a gente está sabendo administrar essa abundância, Miriam?

APRESENTADORA MIRIAM LEITÃO: Eu acho que não. Esses dados de desmatamento mostram isso. E o fato de que, por exemplo, a pecuária brasileira pode ser muito mais eficiente. Ela pode ser, em vez de pecuária intensiva, que a maior parte dela é feita assim, que é largar o boi no pasto, podia fazer em áreas menores, de forma mais eficiente, e liberando mais terra para a agricultura.

APRESENTADORA RENATA VASCONCELLOS: Hoje, qual é essa relação? É um boi por que faixa de terra?

APRESENTADORA MIRIAM LEITÃO: Hoje, em várias áreas, é um boi por um hectare. Quer dizer, é muita terra desperdiçada, que você pode usar melhor, porque a terra é um ativo rico. Deixa eu falar uma última coisa. Hoje, O Globo está publicando um documento **importante**, que é um estudo feito entre o Inpe e o Met Office, que é o Inpe da Inglaterra, sobre os rios da **Amazônia**, mostrando que, nos próximos anos, vão acontecer eventos extremos com muita frequência, como aquela seca de 2005. Então, todo cuidado é pouco com a água, todo o cuidado é pouco com a natureza nesse momento em que o tempo está mudando.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Servidores criticam concessões do governo		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Funcionários da área ambiental lançaram carta

BRASÍLIA. Cresce na área ambiental do governo uma insatisfação com as concessões que o **Ministério** do Meio Ambiente tem feito nas negociações do Código Florestal. Técnicos dizem que o governo está cedendo demais, e que as consequências ambientais poderão ser "catastróficas", porque, na prática, diminuem as áreas de preservação. Ainda que o governo expresse que não serão admitidos novos desmatamentos, quando aceita a recomposição de áreas menores está abrindo mão de florestas que deveriam estar no lugar de plantações.

A crítica é de servidores do alto escalão e abrange grande número de funcionários de carreira dos três órgãos federais ambientais (MMA, Ibama e Instituto Chico Mendes). Eles divulgaram ontem carta aberta repudiando o relatório do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), que o governo ainda tenta emendar antes que siga para o plenário.

"Os servidores alertam que a eventual aprovação do substitutivo (de Aldo) na forma atual certamente trará consequências catastróficas para a qualidade ambiental do país. Na atual versão do substitutivo, fica clara a intenção de ludibriar o leitor desatento", diz o texto. "Na prática, significa que toda e qualquer

atividade pode ser enquadrada em pelo menos um destes conceitos, tornando as APPs inteiramente inócuas, e as reservas legais, de pouquíssima efetividade", diz a carta, entregue a Aldo.

Os técnicos reclamam ainda de uma das principais pendências da negociação entre governo e relator: a desobrigação de os pequenos proprietários recuperarem desmatamentos ilegais na reserva legal de suas fazendas. Para os servidores, a permissão abre brecha para que as dimensões dos módulos fiscais sejam alteradas futuramente, impactando no tamanho de áreas a serem preservadas. Isso porque, por meio de portaria, o Incra pode aumentar ou diminuir o tamanho de cada módulo fiscal.

Para o presidente do Instituto Chico Mendes, Rômulo Mello, o governo apresentou boas soluções, como a redução da responsabilidade dos proprietários privados de preservar suas reservas legais em municípios em que mais da metade do território é coberto por unidades de conservação. Sem querer polemizar com os servidores, Mello diz que o Executivo tentou fazer o melhor que pode:

- Nós chegamos no limite da negociação. Ninguém sai ganhando em tudo. (Catarina Alencastro)

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Código Florestal: sem acordo, votação fica para hoje		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Depois de um dia de reuniões, governo e relator não superam impasse sobre recuperação de áreas desmatadas

Catarina Alencastro, Isabel Braga e Chico de Góis

BRASÍLIA. Após mais um dia inteiro de negociações entre governo, líderes partidários e o relator do Código Florestal, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), o presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), tenta votar hoje de manhã o polêmico projeto que determina as áreas de proteção ambiental e estabelece o que pode ser feito nas 5,2 milhões de propriedades rurais do país. O acordo ainda está emperrado nos mesmos dois pontos que impediram a votação na semana passada: a desobrigação de recuperação de desmatamentos em áreas de reserva legal e a definição de quais atividades poderão permanecer existindo em Áreas de Preservação Permanente (APPs), como margens de rios, encostas e topos de morros. As negociações entraram pela madrugada.

- O que se fechou é que haverá uma lista com as atividades permitidas nas APPs, mas o que vai constar na lista é assunto para a madrugada - disse Aldo.

Enquanto o governo não aceita ir além de permitir que apenas agricultores familiares e agricultores que são membros de cooperativas sejam liberados de recuperar desmatamentos em reserva legal, Aldo argumentava que os agricultores mais carentes de Norte, Nordeste e Centro-Oeste não seriam contemplados por esta medida.

As negociações foram cercadas de informações desencontradas. O líder do governo, Cândido Vaccarezza (PT-SP), chegou a anunciar à noite que havia acordo e que o texto seria votado hoje, mas negociadores do governo afirmaram que desconheciam os termos do acordo.

- Já há acordo em torno do conteúdo. Estamos botando no papel propostas de ambientalistas e agricultores, junto com o relator. A votação fica para amanhã (hoje). O acordo deve levar à aceitação por parte de todos da isenção da reserva legal nos quatro módulos rurais, e da manutenção das APPs nas margens dos rios com excepcionalidades, com casos específicos que o governo vai apresentar, com possibilidade de decreto estabelecendo novas excepcionalidades - disse Vaccarezza.

Os desencontros aconteceram durante o dia inteiro, marcado por reuniões a portas fechadas. O diretor do Departamento de Florestas do **Ministério** do Meio Ambiente passou o dia na Casa Civil com técnicos do setor jurídico do Planalto. Enquanto isso, líderes da base aliada se reuniam com o chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, que também recebeu líderes da oposição e ambientalistas, capitaneados pela ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva.

O presidente da Frente Parlamentar da Agricultura, Moreira Mendes (PPS-RO), e o próprio Vaccarezza anunciaram que as pendências haviam sido superadas no mesmo momento em que Palocci recebia negociadores e desmentia a versão dos deputados. Vaccarezza chegou a listar as culturas que seriam autorizadas em APPs: arroz, cana-de-açúcar, café, uva e maçã.

Mas Palocci avisou que o governo não aceitava votar o Código Florestal se não houvesse acordo nos pontos-chave que dificultam as negociações. Marina afirmou ser contra outro dispositivo do relatório de Aldo, o que permite que municípios tenham prerrogativa de autorizar desmatamentos. Marina sugeriu que o governo retire o texto do Congresso e envie outro projeto de lei, alegando que o Executivo tem a prerrogativa de tratar de matérias financeiras, como seria o caso do Código Florestal:

- O único que pode acabar com o impasse é o governo. O governo enfrenta desconforto político de ter deixado o tema unicamente nas mãos do relator - disse ela, reconhecendo, porém, que Palocci tem se esforçado para desfazer o impasse.

-Palocci deixou claro que está preocupado com o impacto internacional que a aprovação do código pode gerar. O governo está encostado na parede - disse Paulo Adário, coordenador do Greenpeace.

	VEÍCULO AGÊNCIA ESTADO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo revisará lei de informática, diz Mercadante		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, informou que o governo fará uma revisão abrangente da lei de informática. Segundo ele, do ponto de vista do governo, a lei é insuficiente perante os desafios que o País tem nessa área. Ele disse que, por exemplo, não existem incentivos para o setor de software. "Esse é um setor que gera muito valor agregado, competitividade e exportação de serviços."

Segundo Mercadante, a lei de informática atualmente é muito mais um fator de isonomia entre o polo industrial de Manaus e o resto do País do que propriamente uma lei de fomento aos investimentos. "Nós queremos mais ousadia nesta área, porque há uma grande expectativa em relação ao Brasil. Já somos o terceiro mercado mundial de venda de computadores", destacou. Ele informou que no ano passado foram vendidos 13,5 milhões de computadores, quantidade que deve subir para 17 milhões de unidades em 2011.

Mercadante destacou, ainda, a realização da Copa do Mundo e da Olimpíada no Brasil, que podem alavancar esse mercado. Outro ponto destacado pelo ministro foi o início do programa de banda larga nas escolas, através do qual serão atendidos 69 milhões de alunos. O ministro disse que "a indústria toda está de olho nisso". Segundo ele, o governo pode direcionar as

políticas de incentivo para quem produzir e investir no Brasil.

Foxconn

Mercadante disse que já estão bastante avançadas as negociações com a empresa taiwanesa Foxconn para a produção de iPad e iPhone no Brasil a partir de julho deste ano. Ele afirmou que a ideia inicial era iniciar a produção em novembro, mas a data foi antecipada para o final de julho. Mercadante disse que o presidente da Foxconn enviou, esta semana, uma carta à presidente Dilma Rousseff reafirmando os compromissos da empresa com o Brasil.

Os projetos da Foxconn foram divididos em três fases, segundo Mercadante, e vão até 2016. Ele afirmou que serão necessários investimentos pesados para a produção dos componentes no Brasil, desde semicondutores até o display. De acordo com Mercadante, "será a primeira planta no Ocidente", referindo-se aos investimentos da Foxconn no País. Segundo ele, o governo está negociando esses investimentos. "A proposta é uma integração vertical desta indústria. Queremos que componentes críticos sejam produzidos no Brasil", declarou.

	VEÍCULO TERRA NOTÍCIAS	EDITORIA	
	TÍTULO Mercadante: <u>produção</u> do iPad no <u>Brasil</u> deve começar em julho		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Direto de Brasília

O ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, afirmou que a Foxconn, empresa responsável pela fabricação de iPads, informou à presidente Dilma Rousseff que pretende antecipar de novembro para julho a instalação de uma linha de montagem do tablet no Brasil. O compromisso foi feito em carta do taiwanês Terry Gou, controlador da empresa.

"O que a empresa está sinalizando é a redução do prazo anteriormente projetado, que era novembro. Estão querendo antecipar para o final de julho. A presidenta recebeu uma carta do Terry Gou, que é o empresário proprietário da Foxconn, reafirmando todos os compromissos que tinha feito em Beijing", disse o ministro, que participou no Palácio do Planalto da instalação da Câmara de Gestão, Desempenho e Competitividade.

"Eles querem dar a partida da fábrica a partir de final de julho. Eles mandaram uma carta na segunda-feira passada dizendo que estão trabalhando para buscar antecipar de novembro para final de julho a produção do iPad no Brasil. É basicamente montagem e alguns componentes. Para produzir desde o semicondutor até o display se precisa de investimentos muito mais pesados, que estamos negociando", completou Mercadante. De acordo com o ministro, até 2013 a ideia é que todos os componentes do iPad e do iPhone sejam fabricados no Brasil e até 2016 seja possível fabricar telas de 60 polegadas.

Aloizio Mercadante confirmou ainda que o governo irá atualizar o atual programa de desenvolvimento produtivo e buscar ampliar benefícios hoje restritos a regiões como a Zona Franca de Manaus.

"Nós estamos estudando adequar a legislação atual para alguns novos processos e produtos que atraiam investimento e gerem emprego, o iPad, por exemplo, mas também vamos desenhar PDP (programa de desenvolvimento produtivo) específico para esses novos produtos e estamos terminando um amplo estudo para uma revisão abrangente da Lei de Informática, que no nosso ponto de vista é insuficiente para os desafios que o País tem nessa área", explicou.

"Não temos nenhum incentivo na área de software, e isso é um setor que gera muito valor agregado, muita competitividade, muita possibilidade de exportação de serviços. A Lei de Informática é muito mais um fator de buscar alguma isonomia entre o polo industrial de Manaus, a Zona Franca de Manaus e o resto do País do que propriamente uma lei de fomento ao investimento. Queremos fazer uma revisão, (queremos) mais ousadia nessa área, porque há uma grande expectativa em relação ao Brasil. Já somos o terceiro mercado mundial na venda de computadores. O que queremos é um PDP progressivo, ou seja, quem produzir no Brasil terá mais benefícios, e assim o Brasil vai ganhando mais competitividade associado à transferência de tecnologia e formação de recursos humanos", disse o ministro de Ciência e Tecnologia.

	VEÍCULO TERRA NOTÍCIAS	EDITORIA	
	TÍTULO Mercadante: <u>produção</u> do iPad no <u>Brasil</u> deve começar em julho		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Laryssa Borges

Direto de Brasília

O ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, afirmou que a Foxconn, empresa responsável pela fabricação de iPads, informou à presidente Dilma Rousseff que pretende antecipar de novembro para julho a instalação de uma linha de montagem do tablet no Brasil. O compromisso foi feito em carta do taiwanês Terry Gou, controlador da empresa.

"O que a empresa está sinalizando é a redução do prazo anteriormente projetado, que era novembro. Estão querendo antecipar para o final de julho. A presidenta recebeu uma carta do Terry Gou, que é o empresário proprietário da Foxconn, reafirmando todos os compromissos que tinha feito em Beijing", disse o ministro, que participou no Palácio do Planalto da instalação da Câmara de Gestão, Desempenho e Competitividade.

"Eles querem dar a partida da fábrica a partir de final de julho. Eles mandaram uma carta na segunda-feira passada dizendo que estão trabalhando para buscar antecipar de novembro para final de julho a produção do iPad no Brasil. É basicamente montagem e alguns componentes. Para produzir desde o semicondutor até o display se precisa de investimentos muito mais pesados, que estamos negociando", completou Mercadante. De acordo com o ministro, até 2013 a ideia é que todos os componentes do iPad e do iPhone sejam fabricados no Brasil e até 2016 seja possível fabricar telas de 60 polegadas.

Aloizio Mercadante confirmou ainda que o governo irá atualizar o atual programa de desenvolvimento produtivo e buscar ampliar benefícios hoje restritos a regiões como a Zona Franca de Manaus.

"Nós estamos estudando adequar a legislação atual para alguns novos processos e produtos que atraiam investimento e gerem emprego, o iPad, por exemplo, mas também vamos desenhar PDP (programa de desenvolvimento produtivo) específico para esses novos produtos e estamos terminando um amplo estudo para uma revisão abrangente da Lei de Informática, que no nosso ponto de vista é insuficiente para os desafios que o País tem nessa área", explicou.

"Não temos nenhum incentivo na área de software, e isso é um setor que gera muito valor agregado, muita competitividade, muita possibilidade de exportação de serviços. A Lei de Informática é muito mais um fator de buscar alguma isonomia entre o polo industrial de Manaus, a Zona Franca de Manaus e o resto do País do que propriamente uma lei de fomento ao investimento. Queremos fazer uma revisão, (queremos) mais ousadia nessa área, porque há uma grande expectativa em relação ao Brasil. Já somos o terceiro mercado mundial na venda de computadores. O que queremos é um PDP progressivo, ou seja, quem produzir no Brasil terá mais benefícios, e assim o Brasil vai ganhando mais competitividade associado à transferência de tecnologia e formação de recursos humanos", disse o ministro de Ciência e Tecnologia.

	VEÍCULO PORTAL DA AMAZÔNIA		EDITORIA
	TÍTULO MP-RO requisita fiscalização na Área de Livre <u>Comércio</u> no interior de RO		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

De acordo com Promotores de Justiça, as séries de irregularidades encontradas podem acarretar em aplicação de sanções de improbidade administrativa aos agentes públicos

MP

PORTO VELHO – O **Ministério** Público de Rondônia (MP/RO) por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), requisitou da Secretaria de Finanças de Rondônia (Sefin) fiscalização efetiva na Área de Livre **Comércio** na cidade de Guajará-Mirim (RO).

De acordo com Promotores de Justiça, as séries de irregularidades encontradas nas empresas apenas de “papel” podem acarretar em aplicação de sanções de improbidade administrativa aos agentes públicos responsáveis pela fiscalização.

Ainda de acordo com os Promotores de Justiça as empresas estariam sonhando grande quantias em dinheiro aos cofres público do estado.

	VEÍCULO GAZETA DE ALAGOAS	EDITORIA	
	TÍTULO Claudio Humberto		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A TODO VAPOR

Com faturamento de US\$ 9,3 bilhões, o polo industrial de **Manaus** teve o melhor primeiro trimestre da História: cresceu 25,74% em relação a 2010. Os

números são da **Superintendência** da **Zona Franca (Suframa)**.

	VEÍCULO G-1	EDITORIA	
	TÍTULO Montada em <u>Manaus</u>, F 800 R chega às concessionárias da BMW		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Motocicleta é equipada com motor dois cilindros de 87 cavalos.

Disponível no pacote Premium, modelo custa R\$ 36,9 mil.

Do G1, em São Paulo

A BMW Motorrad Brasil passa a comercializar neste mês a F 800 R, segunda motocicleta da marca alemã montada em Manaus (AM) em parceria com a Dafra Motors. Equipada com motor de dois cilindros de 87 cavalos de potência e 8,76 mkgf de torque a, ela custa R\$ 36,9 mil.

Modelo é montado em Manaus (AM) (Foto: Divulgação)

Com forte apelo esportivo, a F 800 R adota visual 'naked' inspirado na BMW K 1300 R. Disponível no pacote Premium, o modelo entrega freios com ABS, computador de bordo, piscas de LED, para-brisa esportivo na cor da moto e tomada 12V. Branco, cinza granito metálico e amarelo são as cores comercializadas.

Antes da F 800 R, a BMW Motorrad já montava em Manaus a G 650 GS, que no primeiro trimestre deste ano teve 300 unidades emplacadas.

	VEÍCULO AMAZONAS NOTÍCIAS	EDITORIA	
	TÍTULO Aprovado <u>PPB</u> para <u>produção</u> de sabão no Polo Industrial de <u>Manaus</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Atualmente, algumas empresas têm entrado em contato com a Suframa visando à fabricação de sabões e sabonetes no PIM, porém até o momento nenhuma apresentou projeto.

Portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU), a de número 106/2011, definiu o Processo Produtivo Básico (PPB) para preparados orgânicos como sabão, misturas de substâncias odoríferas utilizadas como matérias básicas para a indústria de alimentos, bebidas, higiene pessoal, perfumaria e cosméticos - aromas, emulsões aromáticas e fragrâncias, agentes orgânicos de superfície (exceto sabões); preparações de sabões e sabonetes.

O coordenador-geral de Acompanhamento de Projetos Industriais da Suframa, Gustavo Igrejas, explica que a Portaria nº 106/11 primordialmente é para matérias-primas básicas utilizadas na indústria de alimentos, bebidas, higiene pessoal, perfumaria e cosméticos. Os sabões e sabonetes foram colocados no

texto, visando complementar a linha de produtos de higiene pessoal e toucador, com PPBs aprovados com o objetivo de atrair investidores do segmento para instalação de fábricas no Polo Industrial de Manaus (PIM).

“Atualmente, algumas empresas têm entrado em contato com a Suframa visando à fabricação de sabões e sabonetes no PIM, porém até o momento nenhuma apresentou projeto a ser submetido ao Conselho de Administração da Suframa (CAS)”, afirmou o coordenador.

	VEÍCULO PORTAL D24AM	EDITORIA	
	TÍTULO Aprovado <u>PPB</u> para <u>produção</u> de sabão no Polo Industrial de <u>Manaus</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Atualmente, algumas empresas têm entrado em contato com a Suframa visando à fabricação de sabões e sabonetes no PIM, porém até o momento nenhuma apresentou projeto.

Manaus - Portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU), a de número 106/2011, definiu o Processo Produtivo Básico (PPB) para preparados orgânicos como sabão, misturas de substâncias odoríferas utilizadas como matérias básicas para a indústria de alimentos, bebidas, higiene pessoal, perfumaria e cosméticos - aromas, emulsões aromáticas e fragrâncias, agentes orgânicos de superfície (exceto sabões); preparações de sabões e sabonetes.

O coordenador-geral de Acompanhamento de Projetos Industriais da Suframa, Gustavo Igrejas, explica que a Portaria nº 106/11 primordialmente é para matérias-primas básicas utilizadas na indústria de alimentos, bebidas, higiene pessoal, perfumaria e cosméticos. Os sabões e sabonetes foram colocados no

texto, visando complementar a linha de produtos de higiene pessoal e toucador, com PPBs aprovados com o objetivo de atrair investidores do segmento para instalação de fábricas no Polo Industrial de Manaus (PIM).

“Atualmente, algumas empresas têm entrado em contato com a Suframa visando à fabricação de sabões e sabonetes no PIM, porém até o momento nenhuma apresentou projeto a ser submetido ao Conselho de Administração da Suframa (CAS)”, afirmou o coordenador.